



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL**

**RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO**

**UPC: Tribunal Regional Eleitoral do Piauí**

**SEÇÃO: Relatórios, pareceres e declarações**

**REFERÊNCIA: Art. 3º, VII da Resolução nº 268/2013**

No âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, a atividade correccional destinada a apurar dano ao Erário, fraudes ou corrupção não constitui exclusividade de uma só unidade, encontrando-se dividida entre a Corregedoria Regional Eleitoral e a Presidência, que a exercem por meio de comissões especialmente designadas para esse fim, na forma prevista em seu Regimento Interno (Resolução 107, de 4 de julho de 2005) e nos demais diplomas normativos que disciplinam a matéria.

Nesse sentido, ao **Presidente do Tribunal** compete:

1. promover a apuração de denúncias apresentadas contra os membros do Tribunal ou de irregularidades por eles praticadas de que tiver ciência e, quando for o caso, propor ao Tribunal a instauração de processo administrativo disciplinar (Resolução TRE-PI 107/ 2005 - Regimento Interno, art. 16, XLI, c/c art. 120);
2. instituir **Comissão Permanente de Ética e Sindicância**, para apurar irregularidades por meio de sindicância investigatória ou instaurar *ex officio*, procedimento sobre conduta de servidores que considerar passível de violação às normas éticas, desde que haja indícios suficientes (Resolução TRE-PI 258/2013, art. 8º, art. 9º, I e II), respeitada a competência regimental da Corregedoria (Resolução TRE-PI 107/ 2005 - Regimento Interno, art. 20, III);
3. instituir **Comissão de Processo Administrativo Disciplinar** quando a conclusão da Comissão Permanente de Ética e de Sindicância for pela existência de falta ética (Resolução TRE-PI 258/2013, art. 16) ou quando a denúncia ou representação demonstrar a autoria e a materialidade do fato, respeitada a competência regimental da Corregedoria (Resolução TRE-PI 107/ 2005 - Regimento Interno, art. 20, III);
4. instituir **Comissão Permanente de Sindicâncias** exclusiva para apurar irregularidades apontadas no relatório de inventário anual de bens permanentes móveis do TRE-PI (Resolução TRE-PI 214/2011, art. 11, V), respeitada a competência regimental da Corregedoria (Resolução TRE-PI 107/ 2005 - Regimento Interno, art. 20); e
5. instituir a **Comissão Permanente de Sindicância** para apurar os fatos que ensejam aplicação das sanções previstas nos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/1993 e art. 7º da Lei 10.520/2002.

Ao **Corregedor** compete:

1. promover a apuração de denúncias apresentadas contra os Juízes Eleitorais de primeiro grau ou de irregularidades por eles praticadas de que tiver ciência e, quando for o caso, propor ao Tribunal a instauração de processo administrativo disciplinar (Resolução TRE-PI 107/ 2005 - Regimento Interno, art. 20, I, c/c art. 120); e
2. receber e processar reclamações e representações contra servidores dos cartórios eleitorais (Resolução TRE-PI 107/ 2005 - Regimento Interno, art. 20, III). Para esse mister, o



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ**  
**CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL**

Sr. Corregedor Regional Eleitoral designa a mesma Comissão Permanente de Processos Administrativos Disciplinares já encarregada dessa atribuição em relação aos servidores da sede do Tribunal.

À **Ovidoria** compete encaminhar representações ou reclamações:

1. contra **servidores dos Cartórios** Eleitorais ou Juiz Eleitoral à **Corregedoria Regional Eleitoral** (Resolução TRE-PI 171/2009, art. 3º-B, §1º, I); e
2. contra **servidores do Tribunal**, à Presidência (Resolução TRE-PI 171/2009, art. 3º-B, §1º, III).

À **Coordenadoria de Controle Interno** compete:

1. **propor impugnação dos atos de gestão do Tribunal** considerados irregulares, ilegais ou antieconômicos, como também medidas preventivas com vista a afastar a ocorrência de qualquer **dano ao erário** (Resolução TRE-PI 271/2013, art. 6º, VII).

Expostos os fundamentos legais e normativos adotados por esta UPC, passaremos a apresentar os resultados dos trabalhos correcionais propriamente ditos.

Em 2019, a **Comissão Permanente de Ética e Sindicância (CES)** funcionou apenas até 1º/4/2019, data do término do mandado dos servidores designados pela Portaria TRE-PI 332, de 23/3/2018, tendo esgotado as atribuições de sua alcada. A Comissão que a sucedeu foi nomeada pela Portaria Presidência 52/2020, que somente passou a ter vigência a partir de 29/1/2020.

No referido exercício tramitou apenas o seguinte processo administrativo de sindicância:

Número Processo	Data de Instauração	Tipo	Assunto	Período	Situação Atual	Resultado do Julgamento
1820/2015 (em apenso PAD nº 1904/2013)	27/1/2015	Sindicância	Afronta a ordem superior (art. 116, IV, da Lei n. 8.112/1990)	30/8/2013	Decisão da Comissão em 20/3/2019	Arquivado por reconhecimento de prescrição da pretensão punitiva da Administração

Fonte: SEI nº 0001258-96.2020.6.18.8000 (doc. 0888745).

Por outro lado, na **Comissão Permanente de Processos Administrativos Disciplinares (CPPAD)**, instituída pela Portaria Presidência 230/2018, alterada pelas Portarias Presidência 300/2018, 804/2018 e 250/2019, tramitaram, no ano de 2019, os feitos a seguir:

Número Processo	Data de Instauração	Tipo	Assunto	Período	Situação Atual	Resultado do Julgamento
6504-44.2018.6.18.8000 (PAD 969/2017)	16/5/2017	PAD	Servidor público sócio gerente ou administrador de empresa privada (art. 117 da Lei 8.112/90)	16/5/2017 a 5/7/2019	Decidido e Arquivado	A absolvição



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ**  
**CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL**

Número Processo	Data de Instauração	Tipo	Assunto	Período	Situação Atual	Resultado do Julgamento
6030-73.2018.6.18.8000 (PAD 968/2017)	16/5/2017	PAD	Servidor público sócio gerente ou administrador de empresa privada (art. 117 da Lei 8.112/90)	16/5/2017 a 5/7/2019	Decidido e Arquivado	A absolvição
9079-88.2019.6.18.8000 (PAD 971/2017)	16/5/2017	PAD	Violação do dever de assiduidade (art. 116, III e X, da Lei 8.112/90) e vedação à conduta desidiosa (art. 117, XV, da Lei 8.112/90)	16/5/2017 a 18/9/2019	Decidido e Arquivado	A absolvição
5323-08.2018.6.18.8000 (PAD 1653/2017)	4/8/2017	PAD	Abandono de cargo (art. 138 da Lei 8.112/90)	4/8/2017 a 6/5/2019	Decidido e Arquivado	A absolvição
11893-73.2019.618.8000	8/8/2019	Sindicância	Violação do dever de observar as normas legais e regulamentares (art. 116, III, da Lei 8.112/90)	8/8/2019 a 19/11/2019	Decidido e Arquivado	A absolvição
7690-68.2019.6.18.8000	27/9/2019	PAD	Violação do dever de assiduidade (art. 116, III e X, da Lei 8.112/90)	Tramitando	Instrução	-
7696-75.2019.6.18.8000	27/9/2019	PAD	Violação do dever de assiduidade (art. 116, III e X, da Lei 8.112/90)	Tramitando	Instrução	-

Fonte: SEI nº 0001258-96.2020.6.18.8000 (doc. 0889761).

Ademais, a Comissão Permanente de Sindicâncias exclusiva para apurar irregularidades apontadas no relatório de inventário anual de bens permanentes móveis do TRE-PI (**CPS-Inventário**), designada pela Portaria Presidência 69/2019, registrou a tramitação dos seguintes processos:

Número Processo	Data de Instauração	Tipo	Assunto	Período	Situação Atual	Resultado do Julgamento
5114-05.2019.6.18.8000	29/3/2019	Sindicância	Desaparecimento de bens da 87ª Zona Eleitoral	Inventário 2014. Sindicância: 29/3/2019 - 26/8/2019	Decidido. GRU paga.	Ressarcimento. R\$ 453,58
05129-71.2019.6.18.8000	29/3/2019	Sindicância	Desaparecimento de bens da 93ª Zona Eleitoral	Inventário 2014. Sindicância: 29/3/2019 - 26/8/2019	Decidido. GRU paga.	Ressarcimento. R\$ 148,55
5101-06.2019.6.18.8000	29/3/2019	Sindicância	Desaparecimento de bens da 5ª Zona Eleitoral	Inventário 2014. Sindicância: 29/3/2019 - 26/8/2019	Decidido	Isenção de responsabilidade do servidor. Determinada a formação de <b>sindicância investigativa</b> para apurar o indevido descarte ou extravio dos bens



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ**  
**CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL**

Número Processo	Data de Instauração	Tipo	Assunto	Período	Situação Atual	Resultado do Julgamento
5133-11.2019.6.18.80000	29/3/2019	Sindicância	Desaparecimento de bens da 96ª Zona Eleitoral	Inventário 2014. Sindicância: 29/3/2019 - 26/8/2019	Decidido	Isenção de responsabilidade do servidor. Determinada a formação de <b>sindicância investigativa</b> para apurar o indevido descarte ou extravio dos bens
9017-48.2019.6.18.8000	3/6/2019	Sindicância	Desaparecimento de bens da 91ª Zona Eleitoral	Inventário 2014. Sindicância: 3/6/2019 - 9/9/2019	Decidido	Isenção de responsabilidade do servidor. Determinada a formação de <b>sindicância investigativa</b> para apurar o indevido descarte ou extravio dos bens
13733-21.2019.6.18.8000	30/8/2019	Sindicância	Indevido descarte e/ou extravio do bem da 96ª Zona Eleitoral	Inventário 2014. Tramitação: 30/8/2019-25/11/2019 (Relatório da Comissão)	Aguardando decisão	-
14458-10.2019.6.18.8000	12/9/2019	Sindicância	Indevido descarte e/ou extravio de bens, na 5ª Zona Eleitoral.	Inventário 2014. Tramitação: 12/9/2019 - 25/11/2019 (Relatório da Comissão)	Aguardando decisão	-
15034-03.2019.6.18.8000	24/9/2019	Sindicância	Indevido descarte e/ou extravio dos bens da 91ª Zona Eleitoral	Inventário 2014. Tramitação: 24/9/2019 - 4/12/2019 (Relatório da Comissão)	Aguardando decisão	-

Fonte: SEI nº 0001258-96.2020.6.18.8000 (doc. 0888778).

No que concerne às licitações realizadas e contratos firmados pelo TRE-PI, a **Comissão Permanente de Sindicância (COSIND)** para apuração de fatos que ensejam aplicação das sanções dos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/1993 e do art. 7º da Lei 10.520/2002, noticiou ter analisado, em 2019, 73 (setenta e três) processos, em cujos autos foram aplicadas penalidades pela Administração Superior do Tribunal, conforme discriminado na tabela abaixo:

(Abreviações: OF = Ordem de Fornecimento, TR = Termo de Referência e NE = Nota de Empenho)

Número Processo	Data de Instauração	Empresa Sindicada (CNPJ)	Assunto	Resultado do Julgamento	Multa Aplicada (R\$)
3291-30	2018	AGRESTE COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA-ME (15.811.210/0001-37)	Atraso de 18 dias na entrega do material	Lei 8.666/1993, art. 86, e multa	609,48
3001-78	2019	J J E SILVA EIRELI – EPP (69.607.729/0001-27)	Suspeita de conluio em licitação – Pregão 44/2016	Arquivamento	
3001-78	2019	SILVA E BARROS LTDA – ME (04.162.704/0001-11)	Suspeita de conluio em licitação – Pregão 44/2016	Arquivamento	



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ**  
**CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL**

<b>Número Processo</b>	<b>Data de Instauração</b>	<b>Empresa Sindicada (CNPJ)</b>	<b>Assunto</b>	<b>Resultado do Julgamento</b>	<b>Multa Aplicada (R\$)</b>
17377-06	2018	GENERAL ADMINISTRAÇÃO MOTELEIRA EIRELI (01.263.392/0001-44)	Atraso na entrega do material	Arquivamento	96,00
5382-93	2018	DIMENSÃO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. (02.956.130/0001-28)	Atraso na entrega do material	Lei 8.666/1993, art. 86, e multa	481,50
10862-52	2018	CERRADO AUDIOVISUAL EIRELI-ME (20.871.746/0001-88)	Atraso na entrega do material	Lei 8.666/1993, art. 86, e multa	1.618,14
8849-80	2018	BRASIL TELECOM S/A (76.535.764/0001-43)	Irregularidade fiscal durante execução contratual – CT 43/2009	Lei 8.666/1993, art. 86; Contrato, cláusula 10ª e multa	89.149,60
1746	2013	XTECH IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO E SERVIÇOS LTDA – EPP (17.399.708/0001-60)	Inexecução contratual	Suspensão temporária por 1 (um) ano e multa (Lei 8.666/1993, art. 87, II e III)	1.238,85
2082	2013	RECICLAR COMERCIAL LTDA-EPP (17.854.608/0001-86)	Não substituição de material entregue em desacordo com edital de licitação	Impedimento de licitar e contratar com a União por 3 (três) meses e multa (Lei 10.520/2002, art. 7º)	1.533,00
468	2014	CAMPOTEL COMÉRCIO ELETROFONIA LTDA – EPP (05.403.400/0001-61)	Falta de manutenção das condições de habilitação durante a vigência do pacto (pendência Receita Federal)	Suspensão temporária por 4 (quatro) meses (Lei 8.666/1993, art. 87, III)	-
1387	2014	NOVA GUIMARÃES COMERCIO, SERVIÇOS E REPR. LTDA. (10.978.150/0001-28)	Pedido de alteração de marca, com autorização da Administração Superior	Arquivamento sem aplicação de penalidade	-
4401-64	2018	LIFE TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA. (00.660.928/0001-00)	Atraso no pagamento das verbas salariais dos empregados	Suspensão temporária por 1 (um) ano e multa (Lei 8.666/1993, arts. 86 e 87, III)	4.850,44
2676-40	2018	RSA PRESTACAO DE SERVICOS LTDA-ME (26.780.179/0001-30)	Não envio de documentos solicitados pelo pregoeiro	Impedimento de licitar e contratar com a União por 1 (um) mês (Lei 10.520/2002, art. 7º)	-
34-94	2018	JELG TELECOM EIRELI (26.812.029/0001-61)	Não entrega do item 05 da OF 88/2017	Multa de 10% do valor da NE, suspensão para licitar e impedimento de contratar com o TRE-PI por 1 (um) ano	598,00
3200-37	2018	SATCOMP COMERCIAL ELETRÔNICA LTDA- EPP (04.064.768/0001-80)	Atraso na entrega do material	Lei 8.666/1993, art. 86, e multa	117,00
1387	2014	NOVA GUIMARÃES COMERCIO, SERVIÇOS E REPR. LTDA. (10.978.150/0001-28)	Irregularidade fiscal durante execução contratual	Arquivamento sem aplicação de penalidade	-
2997-41	2019	ALSEMIR LUIZ WILHELM – ME (08.157.480/0001-00)	Irregularidade fiscal durante execução contratual	Suspensão para licitar e impedimento de contratar com o TRE-PI por 1 (um) ano (Lei 8.666/1993, art.87, III)	-



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ**  
**CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL**

<b>Número Processo</b>	<b>Data de Instauração</b>	<b>Empresa Sindicada (CNPJ)</b>	<b>Assunto</b>	<b>Resultado do Julgamento</b>	<b>Multa Aplicada (R\$)</b>
2671-18	2018	BR INFORMATICA LTDA – EPP (08.050.832/0001-24)	Classificada no Pregão Eletrônico 08/2018, não apresentou proposta	Impedimento de licitar e contratar com a União por 1 (um) mês (Lei 10.520/2002, art. 7º)	-
9094-91	2018	LOKAL RENT A CAR EIRELI (08.026.009/0001-83)	Lei 10.520/2002, art. 7º	Arquivamento sem aplicação de penalidade	-
317-20	2018	J. G. DE SOUSA GRÁFICA E EDITORA – ME (11.717.623/0001-04)	Atraso na entrega do material	Arquivamento	13,50
6497-52	2018	SALENAS MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI – EPP (07.065.674/0001-13)	Atraso na entrega do material	Lei 8.666/1993, art. 86, e multa	344,67
16882-59	2018	HORIZONTE COMÉRCIO DE ABRASIVOS E COMPLEMENTOS LTDA - ME,	Duplicidade de processo (PAD 3225/2016)	Arquivamento	-
6500-07	2018	SANSCORP COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-ME (21.832714/0001-36)	Inexecução contratual – Deixar de entregar os itens da OF 115/2016	Impedimento de licitar e contratar com a União por 4 (quatro) meses (Lei 10.520/2002, art. 7º)	-
17802-33	2018	BR INFORMATICA LTDA – EPP (08.050.832/0001-24)	Lei 10520/2002, art. 7º	Impedimento de licitar e contratar com a União por 45 dias (Lei 10.520/2002, Art. 7º)	-
322-42	2018	B. DO C. CORDEIRO ELVEDOSA – ME (00.796.707/0001-56)	Atraso na entrega do material – OF 43/2017	Arquivamento	5,34
17781-57	2018	APOIO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	Duplicidade de processo (SEI 2053-73.2018)	Arquivamento	-
2628-81	2018	SELF STATION AUDIO E VIDEO COMERCIO LTDA – ME (23.198.676/0001-37)	Inexecução contratual (não entrega dos itens contratados – OF 65/2017)	Multa de 20% do contrato, suspensão de licitar e impedimento de contratar com a União por 1 (um) ano (Lei 8.666/1993, art. 87, II e III, e TR 31/2016, 12.2.3 e 12.2.5)	688,00
8332-75	2018	MARIA ANTÔNIA DE SOUSA COMÉRCIO – ME (11.414.771/0001-41)	Não assinatura de Ata de Registro de Preços	Impedimento de licitar, contratar com a União por 4 meses e multa (Lei 10.520/2002, art. 7º; Lei 8.666/1993, art. 87, II; edital, 14.1; e TR 19/2017, 9.1)	262,00
13302-21	2018	OMEGA BRASIL SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA. (18.235.833/001-05)	Inexecução total do contrato TRE-PI 21/2017	Suspensão temporária de licitar e impedimento de contratar a União por 2 (dois) anos (Lei 8.666/1993, art. 87, III)	-
33-12	2018	ADEMIR VIEIRA DE ARAUJO – ME (18.986.442/0001-14)	Inexecução contratual (não entrega dos itens contratados – OF 126/2016)	Impedimento de licitar e contratar com a União por 4 (quatro) meses (Lei 10.520/2002, art. 7º)	-
1392	2013	JOÃO BATISTA DA SILVA – ME (09.656.865/0001-85)	Não prestação de garantia	Arquivamento sem aplicação de penalidade	-



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ**  
**CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL**

<b>Número Processo</b>	<b>Data de Instauração</b>	<b>Empresa Sindicada (CNPJ)</b>	<b>Assunto</b>	<b>Resultado do Julgamento</b>	<b>Multa Aplicada (R\$)</b>
562	2014	BIO CARD TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA. (13.014.490/0001-27)	Rescisão e pagamento direto dos funcionários relativos ao contrato TRE-PI 020/2012	Multa, suspensão para licitar e impedimento de contratar com o TRE-PI por 1 (um) ano (Lei 8.666/1993, art. 87, II e III; TR, 11.2.2.2; e Contrato, cláusula 12)	11.789,24
1648	2013	BIO CARD TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA. (13.014.490/0001-26)	Ausência da prestação da garantia contratual	Arquivamento sem aplicação de penalidade	-
7729-02	2018	FLASH TRANSPORTE E INFORMÁTICA LTDA-ME (07.106.915/0001-25)	Não correção dos equipamentos ofertados (falha na execução do contrato)	Impedimento de licitar e contratar com a União por 4 (quatro) meses (Lei 10.520/2002, art. 7º)	-
3193-45	2018	MARIO SERGIO CASLINI JUNIOR ME (07.873.457/0001-50)	Atraso na entrega dos itens das O.F. 109/2016 e 207/2016	Multa (Lei 8.666/1993, art. 86; e edital, 14.2)	2.569,65
8258-21	2018	PLENA DISTRIBUIDORA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS EIRELI-ME (19.365.187/0001-55)	Inexecução contratual – não entrega dos itens da OF 64/2018	Impedimento de licitar e contratar com a União por 4 meses (Lei 10.520/2002, art. 7º; e TR, 12.1 c/c 12.2.1)	-
1372-69	2019	MAXIM QUALITTÁ COMÉRCIO LTDA. (05.075.962/0001-23)	Atraso na entrega de material	Arquivamento sem aplicação de penalidade	-
16890-36	2018	H. S. COMERCIO DE MÁQUINAS DE COSTURA EIRELI (09.349.956/0001-78)	Inexecução contratual – não entrega dos itens contratados - ARP 102/2016	Impedimento de licitar e contratar com a União por 4 meses (Lei 10.520/2002, art. 7º; e edital, 14.1.6 c/c 14)	-
18540-21	2018	AÇÃO CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA. (11.895.759/0001-04)	Atraso no pagamento das verbas salariais	Advertência (Lei 8.666/1993, art. 87, I; e Contrato, cláusula 12)	-
10864-22	2018	RPS COMERCIAL EIRELI – ME (23.915.573/0001-40)	Atraso na entrega dos itens da OF 117/2016	Arquivamento sem aplicação de penalidade	93,12
10865-07	2018	MPG COMERCIO DE SUPRIM. DE INF. E ELETRÔNICOS EM GERAL (24.240.340/0001-58)	Inexecução contratual – não entrega dos itens contratados - ARP 57/2016	Suspensão temporária por 1 (um) ano (Lei 8.666/1993, art. 87, III)	-
13162-84	2018	L A MARTINS INDUSTRIA, COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI – ME (28.319.914/0001-39)	Não manter as condições de habilitação durante a vigência contratual	Arquivamento sem aplicação de penalidade	-
471-04	2019	ARREMATE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – EPP (23.009.157/0001-83)	Atraso na entrega dos itens da OF 50/2018	Multa (Lei 8.666/1993, art. 86; e edital, 14.2)	200,97
17814-47	2018	INOVA SERVIÇOS DE MAO DE OBRA EIRELI (04.487.834/0001-24)	Desistência do lance ofertado por erro de digitação. Justificativa aceita.	Arquivamento sem aplicação de penalidade	-
5763-04	2018	BR & C AMBIENTAL EIRELI – ME (20.990.457/0001-06)	Não manter as condições de habilitação durante a vigência do pacto	Arquivamento sem aplicação de penalidade	-
8623-75	2018	VIG VIGILÂNCIA LTDA. (01.668.768/0001-71)	Não apresentação de garantia contratual	Arquivamento sem aplicação de penalidade	-
17789-34	2018	ATHON COMERCIAL E DISTRIBUIDORA (11.864.624/0001-73)	Não envio de amostra no prazo estipulado	Arquivamento sem aplicação de penalidade	-



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ**  
**CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL**

<b>Número Processo</b>	<b>Data de Instauração</b>	<b>Empresa Sindicada (CNPJ)</b>	<b>Assunto</b>	<b>Resultado do Julgamento</b>	<b>Multa Aplicada (R\$)</b>
3197-82	2018	GIBBOR PUBLICIDADE E PUBLICAÇÕES DE EDITAIS EIRELI EPP (18.876.112/0001-76)	Atraso na publicação de matéria em jornal de grande circulação (aviso de licitação)	Advertência (Lei 8.666/1993, art. 87, I)	-
17780-72	2018	CSG CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS LTDA. (13.519.211/0001-87)	Desistência da proposta apresentada no Pregão Eletrônico 32/2018	Impedimento de licitar e de contratar com a União por 2 (dois) meses (Lei 10.520/2002, art. 7º; e edital, 14.1)	-
10860-82	2018	GILDOMAR SOARES DA SILVA – ME (12.059465/0001-05)	Não entrega dos itens solicitados pela OF 191/2016	Suspensão para licitar e impedimento de contratar com o TRE-PI por 4 (quatro) meses (Lei 8.666/1993, art. 87, III)	-
5995-79	2019	BRASUMIX EIRELI (28.314.084/0001-57)	Comprovação de entrega dos itens da OF 147/2018 dentro do prazo estipulado.	Arquivamento sem aplicação de penalidade	-
7768-62	2019	PORTELA LOGÍSTICA E CONSTRUÇÕES – EIRELI (16.911.267/0001-70)	Inexecução contratual – não entrega dos itens contratados	Impedimento de licitar e contratar com a União por 4 (quatro) meses e multa (Lei 10.520/2002, art. 7º; e Contrato, Cl. Oitava)	11.000,10
17808-40	2018	METALÚRGICA MOREIRA LTDA. (07.289.390/0001-00)	Não apresentação de documento de habilitação exigida no edital	Impedimento de licitar e contratar com a União por 1 (um) mês (Lei 10.520/2002, art. 7º)	-
13261-54	2018	CBF COMÉRCIO DE CONFECÇÕES DE BANDEIRAS LTDA- ME (17.365.274/0001-87)	Atraso na entrega dos itens da OF 77/2018	Multa (Lei 8.666/1993, art. 86, e edital, 14.2)	234,43
17809-25	2018	RR VIDROS COMÉRCIO E SERVIÇOS EM VIDROS LTDA. (05.949.261/0001-76)	Não apresentação de documento de habilitação exigida no edital	Impedimento de licitar e contratar com a União por 1 (um) mês (Lei 10.520/2002, art. 7º)	-
17807-55	2018	J L M DE ALMEIDA (86.960.721/0001-69)	Pedido de desistência de proposta por erro de digitação.	Arquivamento sem aplicação de penalidade	-
17804-03	2018	PRIMAVERA SERVICOS DE LOCACAO DE VEICULOS LTDA. (08.587.481/0001-95)	Não atendimento à convocação para corrigir proposta do Pregão Eletrônico 37/2018	Impedimento de licitar e contratar com a União por 1 (um) mês (Lei 10.520/2002, art. 7º)	-
17698-41	2018	VANESSA CORREA DA ROCHA – ME (05.808.979/0001-42)	Atraso na entrega dos itens da OF 103/2017	Multa (Lei 8.666/1993, art. 86; edital, 15.2)	362,93
15954-11	2018	PIVSEG – Piauí Vigilância e Segurança Ltda. (10.674.819/0001-98)	Atraso no pagamento de salários e outras irregularidades na execução do Contrato 45/2018	Suspensão temporária para licitar e contratar com TRE-PI por 1 (um) ano e multa (Lei 8.666/1993, art.87, III)	8.811,54
17812-77	2018	PASERADAN COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. (20.972.064/0001-61)	Declaração de habilitação impedida de licitar e contratar com a União	Arquivamento sem aplicação de penalidade	-
17800-63	2018	DM PAPEIS LTDA. (21.066.883/0001-02)	Não envio de amostra no prazo estipulado	Arquivamento sem aplicação de penalidade por falta de previsão específica	-



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ**  
**CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL**

<b>Número Processo</b>	<b>Data de Instauração</b>	<b>Empresa Sindicada (CNPJ)</b>	<b>Assunto</b>	<b>Resultado do Julgamento</b>	<b>Multa Aplicada (R\$)</b>
2598-46	2018	PRIME SOLUTIONS MATERIAIS DE ESCRITÓRIO EIRELI (20.116757/0001-52)	Lei 10.520/2002, art. 7º	Impedimento de licitar e contratar com a União por 1 (um) mês (Lei 10.520/2002, art. 7º)	-
17803-18	2018	D SERV LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA E COMÉRCIO (11.589.621/0001-79)	Desistência da proposta apresentada no Pregão Eletrônico 36/2018	Impedimento de licitar e contratar com a União por 1 (um) mês (Lei 10.520/2002, art. 7º)	-
3312-06	2018	CONFIANCA SOLUCOES EIRELI – EPP (19.108.740/0001-74)	Não entrega de itens das OFs 177/2016 e 61/2017	Suspensão temporária de licitar; impedimento de contratar com o TRE-PI por 4 (quatro) meses e multa (Lei 8.666/1993, arts. 86 e 87, III e edital, 14.2)	7.669,31
9496-41	2019	CELSO LUIZ MOREIRA DA COSTA (NEW INFORMÁTICA) (26.569.874/0001-58)	Não envio de amostra no prazo estipulado	Impedimento de licitar e contratar com a União por 1 (um) mês (Lei 10.520/2002, art. 7º)	
11315-47	2018	CLEAN MASTER TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI – ME (14.346.629/0001-10)	Não apresentação de garantia contratual	Multa (Lei 8.666/1993, art. 87, II, e Contrato, Cláusula Décima Segunda	9.354,20
3456-43	2019	IBROWSE – CONSULTORIA E INFORMÁTICA LTDA. (02.877.566/0001-21)	Descumprimento contratual	Arquivamento sem aplicação de penalidade	
17791-04	2018	CRIAR COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA. (27.384.331/0001-29)	Declaração de habilitação impedida de licitar	Arquivamento sem aplicação de penalidade	
11929-18	2019	GOLDSERV COMERCIO E SERVIÇOS EIRELLI (14.004.528/0001-43)	Não enviar documentos solicitados pelo pregoeiro	Impedimento de licitar e contratar com a União por 1 (um) mês (Lei 10.520/2002, art. 7º)	
9499-93	2019	BR INFORMATICA LTDA – EPP (8.050.832/0001-24)	Não enviar documentos solicitados pelo pregoeiro	Impedimento de licitar e contratar com a União por 2 (dois) meses (Lei 10.520/2002, art. 7º)	
17813-62	2018	TERCELIMPE SERVIÇOS DE LIMPEZA EIRELI (10.992.653/0001-58)	Declaração de habilitação impedida de licitar	Arquivamento sem aplicação de penalidade	
13395-47	2019	AÇÃO CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA. (11.895.759/0001-04)	Atraso no pagamento das verbas salariais	Advertência (Lei 8.666/1993, art. 87, I, e Contrato, Cláusula Doze	
13248-21	2019	WZ UNIÃO MONTAGEM E INSTALAÇÕES INDUSTRIALIS LTDA. – EP (08.772.301/0001-45)	Atraso na entrega dos itens da OF 122/2016 e 198/2016	Multa (Lei 8.666/1993, art. 86, e edital, 14.2)	319,60
<b>Total - R\$</b>					<b>154.010,61</b>

Fonte: SEI nº 0001258-96.2020.6.18.8000 (doc. 0890182).



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ**  
**CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL**

A Ouvidoria, por seu turno, apresenta os encaminhamentos abaixo descritos:

Destino	Tipo de Processo	Assunto
Corregedoria	Reclamação	Prestação Jurisdicional de Juiz Eleitoral
Corregedoria	Denúncia	Servidor do TRE-PI
Presidência	Denúncia	Servidor do TRE-PI

Fonte: SEI nº 0001258-96.2020.6.18.8000 (doc. 0890340).

Na Corregedoria Regional Eleitoral, em 2019, em desfavor de Magistrados de 1º Grau, conforme art. 20, I do Regimento Interno do TRE-PI, registramos as **Representações instauradas no sistema PJe**, a seguir relacionadas:

Número Processo (PJe)	Data Instauração	Tipo	Assunto	Período	Situação Atual	Resultado do Julgamento
0600423-37. 2019. 6.18.0000	2/7/2019	Representação por excesso de prazo	Descumprimento de prazos e morosidade	Instauração: 2/7/2019	Concluso ao Relator	-
0600377-48. 2019. 6. 18.0000	7/6/2019	Representação por excesso de prazo	Morosidade no julgamento de processo	7/6/2019 a 22/11/2019	Arquivado	Improcedente, por ausência de indícios da prática de infração disciplinar.
0600273-56.2019 .6.18.0000	23/4/2019	Representação por excesso de prazo	Morosidade no julgamento de processo	23/4/2019 a 24/5/2019	Arquivado	Extinto sem resolução do mérito por irregularidade processual

Fonte: SEI nº 0001258-96.2020.6.18.8000 (doc. 0893907).

Ainda no âmbito da Corregedoria Regional Eleitoral, em 2019, conforme art. 20, III do Regimento Interno do TRE-PI, registramos as **Representações e procedimentos de averiguação preliminar instaurados contra servidores de Cartórios Eleitorais**, conforme abaixo descritos:

Número Processo	Data Instauração	Tipo	Assunto	Período	Situação Atual	Resultado do Julgamento
SADP 2639/2018 (Prot. 341/2018)	18/1/2018	Representação	Irregularidade em conduta funcional	18/1/2018 a 22/2/2019	Arquivado	Improcedente
SADP 2643/2018 (Prot.4030/2018)	6/4/2018	Representação	Irregularidades em tramitação processual	6/4/2018 a 16/12/2019	Arquivado	Improcedente
SEI 0002356-87. 2018. 6.18.8000	15/5/2018	Notícia/ Denúncia	Irregularidades em sistema de frequência	15/5/2018 a 7/5/2019	Arquivado	Procedente: instaurar procedimento de averiguação
SEI 0007690-68. 2019.6.18.8000	15/5/2019	Averiguação Preliminar	Infração funcional	15/5/2019 a 13/9/2019	Tramitando na CPPAD	Averiguação Procedente. Instaurar PAD. Aguarda relatório da Comissão
SEI 0007691-53 .2019.6.18.8000	15/5/2019	Averiguação Preliminar	Infração funcional	15/5/2019 a 6/8/2019	Arquivado	Improcedente
SEI 0007692-38. 2019.6.18.8000	15/5/2019	Averiguação Preliminar	Infração funcional	15/5/2019 a 6/8/2019	Arquivado	Averiguação Procedente. Instaurar PAD.
SEI 0007693-23. 2019.6.18.8000	14/5/2019	Averiguação Preliminar	Infração funcional	14/5/2019 a 16/7/2019	Arquivado	Improcedente
SEI 0007694-08. 2019.6.18.8000	14/5/2019	Averiguação Preliminar	Infração funcional	14/5/2019 a 29/7/2019	Arquivado	Improcedente
SEI 0007695-90. 2019.6.18.8000	14/5/2019	Averiguação Preliminar	Infração funcional	14/5/2019 a 29/7/2019	Arquivado	Improcedente



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ**  
**CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL**

Número Processo	Data Instauração	Tipo	Assunto	Período	Situação Atual	Resultado do Julgamento
SEI 0007696-75.2019.6.18.8000	14/5/2019	Averiguação Preliminar	Infração funcional	14/5/2019 a 5/9/2019	Tramitando na CPPAD	Averiguação Procedente. Instaurar PAD. Aguarda relatório da Comissão
0007697-60.2019.6.18.8000	14/5/2019	Averiguação Preliminar	Infração funcional	14/5/2019 a 2/8/2019	Arquivado	Improcedente

Fonte: SEI nº 0001258-96.2020.6.18.8000 (doc. 0893907).

Para o registro e tramitação dos feitos de natureza administrativa e judicial da competência do Corregedor Regional Eleitoral, esclarece-se que são utilizados, atualmente, 03 sistemas diversos, coexistindo simultaneamente: a) sistema SEI para os processos/procedimentos de natureza administrativa, disciplinar e correicional e b) sistemas SADP e PJe para os processos de natureza judicial e algumas classes de processos de natureza administrativa.

Quanto à atividade de autuação de processos na Corregedoria, segundo disposição regimental, somente a SEPAC – CRE-PI autua processos judiciais e administrativos no sistema PJe, e todas as unidades da Corregedoria autuam processos/procedimentos no sistema SEI.

Apresentamos abaixo, dados estatísticos da tramitação processual no âmbito da Corregedoria, detalhados por sistema operacional, considerando-se a tramitação no período de 01/01/2019 a 28/11/2019.

#### **Quadro I**

**Processos de natureza: ADMINISTRATIVA – Autuados no Sistema SEI – nas unidades: CRE – COCRE – ASSCRE – SEPAC – SEOZIC – SEACE e NAAPGCRE - no período: 01/01/2019 a 28/11/2019.**

TIPO	CRE	COCRE	ASSCRE	SEPAC	SEOZIC	SEACE	NAAPG CRE	TOTAL
Administração geral - Certificados Digitais	-	-	-	1	-	-	-	1
Administração geral - Convênios	1	-	-	-	-	-	-	1
Administração geral – Eventos e Solenidades	27	-	-	-	-	-	-	27
Administração geral – Gestão das unidades	-	2	-	-	-	-	-	2
Administração geral – Planejamento e Av. das Atividades	1	1	-	-	3	-	-	5
Administração geral – Políticas e Normas	-	4	1	-	-	-	-	5
Corregedoria Eleitoral – Composição de Mesa Receptora	-	-	-	-	1	-	-	1



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ**  
**CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL**

TIPO	CRE	COCRE	ASSCRE	SEPAC	SEOZIC	SEACE	NAAPG CRE	TOTAL
Corregedoria Eleitoral – Correição em Primeiro Grau	1	-	-	-	4	-	-	5
Corregedoria Eleitoral – Direitos Políticos (DP)	420	-	-	-	-	6	-	426
Corregedoria Eleitoral – Duplicidade/Pluralidade de inscrições	-	-	-	-	-	15	-	15
Corregedoria Eleitoral – Filiação Partidária	-	-	-	-	2	-	-	2
Corregedoria Eleitoral - Gestão Processual	-	-	-	7	2	-	1	10
Corregedoria Eleitoral - Inspeção	-	-	-	1	31	-	-	32
Corregedoria Eleitoral – Pedido de Providência (PP)	6	-	-	-	-	14	-	20
Corregedoria Eleitoral - Políticas e normas	80	-	2	19	1	15	-	117
Corregedoria Eleitoral – Recurso/Impugnação de Alistamento Eleitoral	1	-	-	-	-	-	-	1
Corregedoria Eleitoral – Regulariz. de Situação do Eleitor	5	-	-	-	-	-	-	5
Corregedoria Eleitoral – Representação	-	-	-	1	-	-	-	1
Corregedoria Eleitoral - Sindicância	-	-	-	10	-	-	-	10
Corregedoria Eleitoral – Solicitação de Inform. Cadastrais	-	1	-	-	-	1	-	2
Eleições – Cadastro Eleitoral	-	-	-	-	1	-	-	1
Gestão da Informação – Controle da tramitação de Documentos	-	-	-	-	-	-	6	6
Material e Patrimônio – Administração de Material	-	1	-	-	-	-	-	1
Material e Patrimônio – Administração de Patrimônio	-	1	-	-	1	-	-	2
Orçamento e Finanças – Suprimento de Fundos	-	1	-	-	-	-	-	1



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL**

TIPO	CRE	COCRE	ASSCRE	SEPAC	SEOZIC	SEACE	NAAPG CRE	TOTAL
Pessoal – Assentamento Funcional	1	1	9	13	2	-	1	27
Pessoal – Assist. Médica e Social	-	-	-	-	2	-	-	2
Pessoal – Benefícios	-	-	1	-	-	-	-	1
Pessoal – Desenvolvimento na Carreira	-	-	2	1	-	-	-	3
Pessoal – Diárias e Passagens	3	-	-	1	11	-	-	15
Pessoal - Frequência	9	12	8	36	16	26	18	125
Pessoal – Férias	6	3	7	-	3	4	1	24
Pessoal – Labor Além Jornada	-	-	-	-	2	-	-	2
Pessoal – Magistrados	-	-	-	-	1	-	-	1
Pessoal – Pagamento de Pessoal	-	1	-	-	-	-	-	1
Pessoal – Pedido de Informações	-	-	-	-	-	3	-	3
Pessoal – Políticas e Normas	1	-	1	-	-	2	-	4
Pessoal – Treinamento de Capacitação e Desenvolvimento	-	2	-	-	2	1	-	5
Solicitações Diversas	1	-	-	-	-	-	-	1
Tecnologia da Informação – Infraestrutura	-	-	-	-	1	-	-	1
Tecnologia da Informação – Sistemas Corporativos	-	-	-	-	1	-	-	1
Zona Eleitoral – Regulariz. De Situação do Eleitor	1	-	-	-	-	-	-	1
<b>TOTAL DE PROCESSOS</b>	<b>564</b>	<b>30</b>	<b>31</b>	<b>90</b>	<b>87</b>	<b>87</b>	<b>27</b>	<b>916</b>

**Quadro II**

**Processos de natureza: ADMINISTRATIVA – Sistema SEI – Quantitativo de processos tramitados nas unidades: CRE – COCRE – ASSCRE – SEPAC – SEOZIC – SEACE e NAAPGCRE - no período: 01/01/2019 a 28/11/2019.**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ**  
**CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL**

TIPO	CRE	COCRE	ASSCRE	SEPAC	SEOZIC	SEACE	NAAPG CRE	TOTAL
Administração geral - Apuração de responsabilidades	3	-	-	1	-	2	-	6
Administração geral – auditoria e Sindicância	1	3	1	-	-	-	-	5
Administração geral – Certificados Digitais	-	2	-	3	-	1	-	6
Administração geral – Convênio	2	1	-	-	3	-	-	6
Administração geral - Estudos, levantamentos e Pesquisas	7	10	2	4	3	5	3	34
Administração geral – Eventos e solenidades	37	21	8	4	3	2	3	78
Administração geral – Gestão de Contratos	1	3	-	-	-	1	-	5
Administração geral – Gestão das unidades	67	32	16	16	15	35	8	189
Administração geral – Planejamento e avaliação das atividades	21	30	7	9	9	6	10	92
Administração geral – Políticas e normas	31	25	8	7	10	11	3	95
Corregedoria Eleitoral – Cancelamento de Inscrição (CIE)	2	-	1	3	1	1	-	8
Corregedoria Eleitoral – Composição de Mesa Receptora	-	-	-	-	1	-	-	1
Corregedoria Eleitoral – Correição Extraordinária	1	1	1	-	-	-	-	3
Corregedoria Eleitoral – Correição em Primeiro grau	4	1	6	3	8	1	1	24
Corregedoria Eleitoral – Descarte de Material	1	-	-	-	-	-	-	1
Corregedoria Eleitoral – Direitos Políticos (DP)	878	1	5	230	-	992	-	2.106
Corregedoria Eleitoral – Duplicidade/Pluralidade de inscrições (DPI)	-	-	-	14	-	15	-	29
Corregedoria Eleitoral – Filiação Partidária	7	-	-	-	3	-	-	10
Corregedoria Eleitoral –	2	3	1	7	2	1	2	18



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ**  
**CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL**

TIPO	CRE	COCRE	ASSCRE	SEPAC	SEOZIC	SEACE	NAAPG CRE	TOTAL
Gestão processual								
Corregedoria Eleitoral – Inspeção	12	11	66	48	63	1	1	202
Corregedoria Eleitoral – Pedido de Providência (PP)	21	7	9	20	1	26	-	84
Corregedoria Eleitoral – Políticas e normas	106	42	26	59	13	42	8	296
Corregedoria Eleitoral – Recurso/Impugnação de Alistamento Eleitoral	1	-	-	1	-	1	-	3
Corregedoria Eleitoral – Registro de Debate	-	-	-	-	1	-	-	1
Corregedoria Eleitoral – Regulariz. de Situação do Eleitor	11	1	2	8	1	12	-	35
Corregedoria Eleitoral – Representação	-	-	1	2	-	-	-	3
Corregedoria Eleitoral - Sindicância	-	-	10	10	-	-	-	20
Corregedoria Eleitoral – Solic. de Informações Cadastrais	34	3	21	6	2	42	-	108
Eleições – Cadastro Eleitoral	6	3	2	2	4	12	1	30
Eleições – Campanha Institucional	1	1	-	-	1	-	-	3
Eleições – Logística	4	4	3	2	2	2	1	18
Eleições – Mesários	-	-	1	2	2	1	-	6
Eleições – Partido Político	7	1	1	1	1	1	-	12
Eleições – Políticas e normas	10	7	1	2	8	1	-	29
Eleições – Processamento das Eleições	2	-	2	-	-	-	-	4
Gestão da informação – Controle da tramitação de documentos	5	3	1	2	1	1	6	19
Gestão da informação – Políticas e normas	26	7	11	7	3	21	2	77
Material – Administração de Material	-	1	-	-	1	-	-	2



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL**

TIPO	CRE	COCRE	ASSCRE	SEPAC	SEOZIC	SEACE	NAAPG CRE	TOTAL
Material – Administração de Patrimônio	2	2	-	-	2	-	-	6
Orçamento e Finanças – Liquidação de despesas e autorização de pagamentos	-	-	-	2	-	-	-	2
Orçamento e Finanças – Políticas e normas	-	1	-	-	-	-	-	1
Orçamento e Finanças – Prestação de Contas	-	-	-	1	-	1	-	2
Orçamento e Finanças – Reembolso de Despesas	-	-	-	-	1	-	-	1
Orçamento e Finanças – Suprimento de Fundos	1	1	-	-	-	-	-	2
Ouvidoria – Acesso à informação	1	2	1	2	1	-	-	7
Ouvidoria – Reclamação	-	-	-	-	1	-	-	1
Pessoal – Assentamento Funcional	15	8	10	23	4	3	1	64
Pessoal – Assistência Médica e Social	2	1	-	-	2	-	-	5
Pessoal – Benefícios	-	-	1	-	-	-	-	1
Pessoal – Desenvolvimento na Carreira	-	-	2	1	-	-	-	1
Pessoal – Dimensionamento da Força de Trabalho	1	1	-	-	1	1	1	5
Pessoal – Diárias e Passagens	15	4	1	1	13	-	-	34
Pessoal – Frequência	16	39	12	54	25	28	18	192
Pessoal - Férias	8	9	8	-	3	4	2	34
Pessoal – Labor Além jornada	5	2	-	-	3	-	1	11
Pessoal – Magistrados	15	2	1	33	1	2	-	54
Pessoal – Pagamento de Pessoal	-	1	-	1	-	-	-	2
Pessoal – Pedido de Informações	-	-	-	4	-	3	-	7
Pessoal – Políticas e normas	10	9	6	5	2	7	2	41



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ**  
**CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL**

TIPO	CRE	COCRE	ASSCRE	SEPAC	SEOZIC	SEACE	NAAPG CRE	TOTAL
Pessoal – Requisição e cessão de servidor	2	1	2	1	-	-	-	6
Pessoal – Suporte	-	1	-	-	1	-	-	2
Pessoal – Treinamento de Capacitação e desenvolvimento	5	8	1	2	4	4	1	25
Serviços – Solicitação de serviço	-	-	-	-	-	8	-	8
Solicitações Diversas	5	2	5	4	-	-	-	16
Serviços – Políticas e normas	1	1	-	-	-	-	-	4
Serviços – Prestador de serviço	1	-	-	-	-	-	-	1
Serviços – Solicitação de serviço	11	4	2	-	-	-	-	17
Tecnologia da Informação – Infraestrutura	2	3	2	1	2	1	-	11
Tecnologia da Informação – Políticas e normas	6	5	1	-	1	1	-	14
Tecnologia da Informação – Sistemas corporativos	4	4	3	4	5	3	2	25
Zona eleitoral – Cancelamento de Inscrição Eleitoral	2	-	-	-	-	2	-	4
Zona Eleitoral – Correição em Primeiro Grau	1	-	-	-	1	-	-	2
Zona Eleitoral – Descarte de Material (DM)	3	-	3	1	-	-	-	7
Zona Eleitoral – Direitos Políticos (DP)	15	-	-	13	-	21	-	49
Zona Eleitoral – Pedido de Providência (PP)	10	3	3	4	-	4	1	25
Zona Eleitoral – Políticas e normas	10	9	1	2	1	1	1	25
Zona Eleitoral – Regularização de Situação do Eleitor	2	-	-	1	-	2	-	5
Zona Eleitoral – Solicitação de informações cadastrais	-	-	-	2	-	1	-	3
Zona Eleitoral – Solicitação de serviços	6	5	1	1	1	1	-	15



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL**

TIPO	CRE	COCRE	ASSCRE	SEPAC	SEOZIC	SEACE	NAAPG CRE	TOTAL
TOTAIS	1.488	352	279	636	237	1.334	79	4.405

**Quadro III – Processos JUDICIAIS autuados no sistema PJe\*:**

PROCESSOS POR CLASSE	
<b>Tipo: ADMINISTRATIVOS e JUDICIAIS*</b>	
<b>Regularização de Situação de Eleitor</b>	<b>44</b>
<b>Coincidência</b>	<b>13</b>
<b>Direitos Políticos</b>	<b>246</b>
<b>Representação por excesso de prazo</b>	<b>03</b>
<b>Representação</b>	<b>01</b>
<b>AIJE</b>	<b>01</b>
<b>Correição</b>	<b>01</b>
<b>TOTAL</b>	<b>309</b>

\* Fonte: Sistema PJe referente ao período de 01/01/2019 a 28/11/2019

**NORMAS EDITADAS DE 2018 a 2020**

**2018**

- **Provimento nº 03** - Dispõe sobre o sistema JUSTIFICA.
- **Provimento nº 02** - Autoriza instalação CAE nas comarcas com mais de uma ZE.
- **Provimento nº 01** - Dispõe sobre calendário de inspeções.

**2019**

- **Provimento nº 10** - Aprova o Calendário das Inspeções para o ano de 2020.
- **Provimento nº 08** - Aprova o novo Manual de Procedimentos Cartorários desta circunscrição e estabelece regras para sua alteração.
- **Provimento nº 06** - Estabelece as normas e instruções complementares para a realização de correições e inspeções nas zonas eleitorais do Estado do Piauí.
- **Provimento nº 05** - Dispõe sobre questões específicas de tratamento de comunicações no INFODIP.
- **Provimento nº 03** - Altera o disposto no parágrafo único do art. 2º do Provimento nº 02/2014 - CRE –



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ**  
**CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL**

PI.

- **Provimento nº 02** - Dispõe sobre Sistema de Informações de Direitos Políticos e Óbitos – **INFODIP**.
- **Provimento nº 01** - Dispõe sobre calendário de inspeções.

**2020**

- **Provimento nº 04** - Aprova roteiro do SICEL para as **Correções de Posse** das Zonas Eleitorais.
- **Provimento nº 03** - Aprova roteiro complementar do SICEL para as **Correções Ordinárias** das Zonas Eleitorais.

**AÇÕES E PROJETOS DE MAIOR DESTAQUE DE 2018 a 2019**

1. Cadastro dos juízes eleitorais e chefes de cartório no sistema de acesso ao **Banco Nacional de Mandados de Prisões - BNMP 2.0**, do CNJ;
2. **Desenvolvimento do plano de ação “Organização do Atendimento no Fechamento do Cadastro Eleitoral”**: Planejamento de iniciativas para evitar congestionamento dos cartórios na etapa final do prazo de alistamento eleitoral - fechamento do cadastro;
3. **Renovação dos termos de convênio com o TJ-PI e o MP-PI para utilização do SIEL – Sistema de Informações Eleitorais**: Garantia da continuidade de acesso direto de juízes e promotores eleitorais aos dados do Cadastro Nacional de Eleitores – Sistema ELO;
4. **IV Etapa do Rezoneamento Eleitoral de Municípios do Piauí**:
  - 4.1 Remanejamento da 85<sup>a</sup> Zona Eleitoral (Joaquim Pires e Murici dos Portelas) para Esperantina, que passou a contar com duas zonas (41<sup>a</sup> e 85<sup>a</sup>);
  - 4.2 Remanejamento da 77<sup>a</sup> Zona Eleitoral (Arraial e Francisco Aires) para Floriano, que passou a contar com três zonas (9<sup>a</sup>, 61<sup>a</sup> e 77<sup>a</sup>);
  - 4.3 Redistribuição de parte do eleitorado da 9<sup>a</sup> Zona Eleitoral (Floriano) para a 61<sup>a</sup> Zona Eleitoral, também sediada em Floriano.
5. **Revisão do Manual de Procedimentos Cartorários**: Atualização normativa e procedural do manual que norteia o funcionamento dos cartórios eleitorais, fruto de 9 (nove) meses de árduo trabalho de uma competente equipe de servidores de cartórios eleitorais e da sede;
6. **Desenvolvimento de aplicativo “Sophos”**: Ferramenta para acesso ao Manual de Procedimentos Cartorários em dispositivos móveis, desenvolvido em parceria com a STI, que permite consulta, atualização contínua e interação com usuários;
7. **Evento de capacitação de chefes de cartório**: Curso de atualização sobre as inovações do novo Manual de Procedimentos Cartorários e de apresentação do aplicativo *Sophos* com uma média de 100 participantes;
8. **Implantação do Sistema de Informação de Óbitos e Suspensão de Direitos Políticos INFODIP**: Automatização das ações de registro de informações no Cadastro Geral de Eleitores diretamente pelos órgãos da Justiça Comum, dispensando a tramitação de documentos físicos sobre óbitos, condenações criminais e extinção de punibilidade, entre outros;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL**

9. **Instalação e efetivo funcionamento do Núcleo de Assistência Administrativa ao Primeiro Grau na Corregedoria – NAAPGCRE.**
10. **Implantação do PJe - Processo Judicial Eletrônico:** Todas as zonas eleitorais da circunscrição do TRE-PI integrados ao PJe até dezembro/2019;
11. **Atividades correcionais:**
  - 11.1 42 inspeções “*in loco*” em 2018;
  - 11.2 81 correições ordinárias em 2018;
  - 11.3 82 correições ordinárias e 1 extraordinária em 2019.
12. **Novo provimento regulamentando inspeções e correições eleitorais no Piauí:** Atualização normativa e adequação de procedimentos, com destaque para:
  - 12.1 **Novo período de realização das correições ordinárias** (fevereiro e março), reduzindo a sobrecarga no final dos anos eleitorais;
  - 12.2 **Instituição da “correição de posse”** por Juízes ao assumirem titularidade de zonas eleitorais para levantamento de acervo processual e patrimonial do cartório;
  - 12.3 **Instituição da “inspeção virtual”** por videoconferência entre as equipes da Corregedoria e das zonas eleitorais; e
  - 12.4 **Autuação e tramitação das correições e inspeções em meio eletrônico**, pelo sistema PJe, que absorverá a maioria dos procedimentos de correição e inspeção

**PRINCIPAIS PROJETOS PROGRAMADOS PARA 2020**

**PROJETO MESÁRIOS – ELEIÇÕES 2020**

1. Capacitação especial de mesários para auxiliar eleitores com deficiência (PcD);
2. Adesão do TRE-PI ao Canal do Mesário, que disponibiliza aplicativo para *smartfone*;
3. Realização de treinamento de mesários por EaD e Internet;
4. Fomento à realização de parcerias com instituições de ensino superior públicas e privadas para incentivar a participação de mesários voluntários;
5. Realização de ações perante as Câmaras Municipais objetivando a aprovação de leis municipais de incentivo ao “Mesário Voluntário”;
6. Viabilização da participação de servidores de cartórios eleitorais e dos integrantes do Grupo de Trabalho “Mesários” do TRE-PI no 2º Fórum Nacional de Chefes de Cartório – FNCC, com foco nas boas práticas cartorárias, envolvendo a temática *mesários*.

**PROJETO FECHAMENTO DO CADASTRO – ELEIÇÕES 2020 (SEI nº 0001188-79.2020.6.18.8000)**

1. Iniciativas para minimizar a concentração de eleitores na semana final do prazo de alistamento (fechamento do cadastro eleitoral);
2. Normatização do horário do funcionamento dos Cartórios Eleitorais do Estado, por meio de edição de uma Portaria Conjunta.



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL

3. Acompanhamento *in loco* das atividades referente ao fechamento do cadastro.

### PROJETO AMPLIAÇÃO DO INFODIP

1. Celebração de Termo de Convênio com a Justiça Federal do Piauí e organizações militares do Estado, para utilização do **Sistema INFODIPWeb** quando do envio das comunicações referentes à conscrição, condenação criminal/improbidade administrativa e extinção de pena.

### ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

#### Dificuldades verificadas quanto à atividade disciplinar:

A apuração de denúncias apresentadas contra os Juízes Eleitorais de 1º grau está sob a responsabilidade do Corregedor Regional Eleitoral, nos termos do art. 20, I, do Regimento Interno do TRE/PI - Resolução TRE/PI nº 107/2005. De igual modo, o processamento de reclamações e representações contra os servidores dos Cartórios Eleitorais também constitui atividade designada, regimentalmente, ao Corregedor Regional Eleitoral, como previsto no art. 20, III, do Regimento Interno do TRE/PI - Resolução TRE/PI nº 107/2005.

No desempenho desse mister, as notícias/denúncias que chegam à Corregedoria são autuadas como procedimento de averiguação preliminar, submetidos a uma análise simplificada, da qual pode resultar: arquivamento, ou determinação de abertura de processo para apuração, que seja sindicância ou PAD.

Quando a conclusão é pela abertura de processo disciplinar em face de servidor de Cartório Eleitoral ou de Magistrado de 1º grau, o Corregedor determina a apuração perante a Comissão respectiva em atuação neste Tribunal, todas constituídas por determinação do Presidente do órgão, às quais o Corregedor delega a competência para apuração e de quem recebe o relatório.

De modo sucinto, listamos algumas dificuldades já verificadas no cumprimento desta tarefa:

1. Aparente omissão no Regimento do TRE/PI, no que pertine à competência para apurar denúncias em face de servidores da Sede, uma vez que o art. 20, III, refere-se a servidores de Cartórios Eleitorais, e, s.m.j., não encontramos na resolução do Regimento Interno disposição similar, prevendo a mesma competência em relação aos servidores da sede do Tribunal;
2. Aparente conflito normativo entre o regramento do art. 20, III, do Regimento Interno do TRE- /PI (que se refere aos servidores dos Cartórios Eleitorais) e as disposições contidas no Código de Ética – Resolução TRE/PI nº 258/2013, que se refere a todos os servidores do Tribunal, de modo amplo, incluindo requisitados e até estagiários;
3. Falta de harmonização na aplicação das normas da Lei nº 8.112/90, do RITRE/PI e do Código de Ética, no que pertine ao procedural dos processos disciplinares.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL**

Assim, sugerimos a criação de um grupo de trabalho multisectorial com o objetivo de discutir amplamente todos os aspectos que envolvem apuração de ilícitos no âmbito deste Regional, para, ao final, apresentar soluções quanto ao regramento e estruturação dessa atividade no organograma desta Justiça Especializada.

Registrarmos, por fim, que a Assessoria da Presidência desta Casa, em manifestação do processo SEI nº 0001258-96.2020.6.18.8000 (doc. 0890340), informa que não houve apuração de denúncias apresentadas e nem proposta a instauração de processo administrativo disciplinar em face dos Membros deste Tribunal.

Anexamos ao presente relatório a planilha com a estatística processual no âmbito do primeiro grau, conforme previsão no art. 3º, XI da Resolução TRE-PI nº 268/2013.

Atenciosamente,

**Marconio Galvão Lopes**